

Crise econômica será pior no DF

RAUL RAMOS

A demissão de servidores a o corte de serviços, efetuados pelo Governo Federal para reduzir gastos públicos, colocaram Brasília diante de um problema de solução difícil, a curto prazo: Como criar novos empregos e atividades que absorvam a população desempregada? Tecnocratas e empresários avaliam que a implementação do Programa de Industrialização (Proin-DF) é a alternativa mais objetiva. Mas sua viabilização, que levaria pelo menos dois anos, esbarra na falta de recursos.

“Com o plano de estabilização, Brasília vai ser prejudicada bastante e sua qualidade de vida vai cair muito”, prevê o coordenador regional do Sistema Nacional de Emprego (Sine-DF), José Alves da Silva. Ele observa que, já há alguns anos, o Distrito Federal — cuja economia sempre esteve atrelada ao dinamismo do setor público — vem sofrendo uma “deficiência crônica” na geração de novos empregos. “Essa tendência deve se agravar com o enxugamento da máquina pública federal e o corte de despesas”, prenuncia.

segundo o técnico, já se nota, em função das restrições do gasto público federal, um êxodo de mão-de-obra especializada, à procura de outros centros mais desenvolvidos. Mas ressalva que o problema maior está localizado na massa de desempregados desqualificados, condenados ao subemprego. Adverte que cresceu significativamente, nos últimos dois meses, a procura pelo seguro-desemprego.

Para José Alves, a salvação de Brasília pode estar nas mãos do governo do Distrito Federal. Ele defende a aceleração do Proin e a implementação de uma política ao estilo do New Deal norte-americano. Este plano, adotado pelo presidente Franklin Roosevelt para fazer frente à crise gerada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, criou frentes de trabalho, ocupando desempregados na recuperação de rodovias. “O Distrito Federal está precisando de obras urgentes em todos os setores de infra-estrutura”, justifica.

DESVINCULAÇÃO

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Eduardo Teixeira, integrante do selito grupo que elaborou o Plano Brasil Novo, concorda que Brasília será afetada substancialmente. Mas entende que, “por mais paradoxal que seja”, a médio prazo, o plano servirá como mola propulsora para a economia da capital começar a romper a dependência quase absoluta da burocracia.

Ele acredita que a cidade, em função de sua posição estratégica no Centro-Oeste, “uma região de grande potencial econômico”, tem condições de desenvolver atividades industriais — agroindústria e construção civil, por exemplo — de uma forma relativamente rápida, na medida em que atende as demandas da população local. Teixeira observa que a concepção original de uma cidade administrativa foi, a seu ver, superada pelos fatos. “Brasília pode usar esse emagrecimento do Es-

tado para libertar as faculdades que são vocações naturais da cidade”, avalia.

No horizonte imediato, porém, as perspectivas são de que Brasília deverá ser, entre todas as capitais, a cidade que mais vai sofrer os efeitos do plano econômico, em função das demissões de funcionários públicos e da retração da demanda de serviços pelo Governo. No entendimento do diretor do Instituto Soma de Opinião Pública, Ricardo Pinheiro Penna, essas medidas causarão uma crise no Distrito Federal, com a queda do nível de emprego, taxa de investimento e da renda interna.

Penna observa que o setor público é responsável por 40 por cento de toda mão-de-obra ocupada no Distrito Federal, com participação de mais de 51,3 por cento da massa de salários. Dessa forma, avalia que, para cada funcionário público demitido, haverá um impacto de, pelo menos, três demissões distribuídas no comércio e no setor de prestação de serviços. “No momento em que os demitidos deixarem de receber seus contracheques, Brasília poderá preparar-se para um longo período de crise econômica”, alerta.

Nota que existirão outros efeitos ligados diretamente à redução dos investimentos ou contratação de serviços prestados aos ministérios e empresas públicas. Lembra que as frotas de ônibus já terminaram os contratos, as equipes de vigilância e limpeza certamente sofrerão cortes e as firmas especializadas na contratação de serviços técnicos serão reduzidas.